

# **COLÉGIO MILITAR DE JUIZ DE JUIZ DE FORA NO PERÍODO DE 1998 A 2005 – CONSTRUINDO PROJETOS E FORJANDO A INTERDISCIPLINARIDADE**

MEIRE MOREIRA CORDEIRO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS).

## **Resumo**

Este trabalho objetiva compartilhar os primeiros resultados da pesquisa teórica e empírica desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação – mestrado – na Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar), sob a orientação do Professor Doutor Amarílio Ferreira Júnior. Essa pesquisa investiga como se deu o forjamento da interdisciplinaridade no Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF), no período de 1998 a 2005. O trabalho será apresentado em três momentos: num primeiro momento, será abordada a conjuntura nacional e internacional da década de 1990, bem como os elementos que foram determinantes para que o Brasil editasse uma nova Política de Defesa Nacional. Este aspecto influenciou significativamente as ações administrativas e pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Exército Brasileiro (EB), o que acarretou mudança de concepção em seu Sistema de Ensino e no Subsistema de Ensino Colégio Militar do Brasil do qual o CMJF pertence. No segundo momento, será apresentado o CMJF com sua estrutura administrativa e pedagógica de Estabelecimento de Ensino (EE) militar, bem como as adaptações que foram necessárias à sua estrutura para que os agentes da comunidade escolar pudessem vivenciar o forjamento da interdisciplinaridade. No terceiro momento, será demonstrado o resultado da pesquisa empírica desenvolvida no arquivo do Colégio, apresentando o conjunto de projetos interdisciplinares desenvolvidos no período de 1998 a 2005, bem como as primeiras análises desse conjunto.

## **Palavras-chave:**

Exército Brasileiro, Instituições Escolares, Interdisciplinaridade.

Este trabalho objetiva compartilhar os primeiros resultados da pesquisa teórica e empírica desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação - mestrado - na Universidade Federal de São Carlos (PPGE/UFSCar), sob a orientação do Professo Doutor Amarílio Ferreira Júnior.

Essa pesquisa investiga como se deu o forjamento da interdisciplinaridade no Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF), no período de 1998 a 2005. O trabalho será apresentado em três tópicos: o primeiro intitulado: "O Exército Brasileiro e o Sistema Colégio Militar do Brasil" abordará o contexto político educacional da década de 1990, bem como os elementos que foram determinantes para que o Brasil editasse uma nova Política de Defesa Nacional. Este aspecto influenciou significativamente as ações administrativas e pedagógicas desenvolvidas no âmbito do Exército Brasileiro (EB), o que acarretou mudança de concepção no seu Sistema de Ensino e no seu Subsistema Colégio Militar do Brasil (SCMB) do qual o CMJF pertence. O segundo tópico intitulado: "A modernização do ensino no Colégio Militar de Juiz de Fora" apresentará o CMJF sua estrutura administrativa e pedagógica de Estabelecimento de Ensino (EE) militar, bem como as adaptações que foram necessárias à sua estrutura para que os agentes da comunidade escolar pudessem vivenciar o forjamento da interdisciplinaridade. E no terceiro tópico intitulado: "A interdisciplinaridade no Colégio Militar de Juiz de Fora" será demonstrado o resultado da pesquisa empírica desenvolvida no arquivo do Colégio, até o momento, apresentando o conjunto de projetos multi e interdisciplinares, elaborados para o ensino fundamental (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries) e o ensino médio (1<sup>a</sup> a 3<sup>a</sup>

séries), desenvolvidos no período de 1998 a 2005, bem como as primeiras análises desse conjunto.

## **O EXÉRCITO BRASILEIRO E O SISTEMA COLÉGIO MILITAR DO BRASIL**

Quando foi reestruturada a Escola Militar, na década de 1930, o sistema de ensino do Exército Brasileiro (EB) já estava organizado e sistematizado. Essa organização possibilitou a legalização e a constituição das seguintes modalidades de ensino: formação, graduação, especialização, extensão, aperfeiçoamento, altos estudos militares e preparação. Todas essas modalidades são necessárias à formação militar para que o EB possa cumprir o que determina a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, que é a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, a manutenção da lei e da ordem.

Há no sistema de ensino do EB um subsistema adicional à modalidade militar; o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB). Esse subsistema desenvolve a educação básica de forma preparatória e assistencial nos níveis fundamental e médio. Há, portanto, uma estrutura e legislação específicas para o Ensino Fundamental (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries) e para o Ensino Médio (1<sup>a</sup> a 3<sup>a</sup> séries). Os Estabelecimentos de Ensino (EE) responsáveis pelo desenvolvimento do ensino nessas séries são os Colégios Militares (CM) integrantes do SCMB, o qual é coordenado pela Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial (DEPA). Essa diretoria segue as diretrizes do Departamento de Ensino e Pesquisa (DEP), "*o órgão de direção setorial responsável pela Linha de Ensino Militar Bélico, da Saúde e Complementar*" (...) que "*planeja, organiza, coordena e controla as atividades de ensino e de pesquisa dos órgãos que integram estas Linhas*" (Inciso II do Art. 10 do Decreto N<sup>o</sup>. 3.182, de 23 de setembro de 1999). Embora o ensino militar seja regulado em lei específica, as diretrizes do DEP estão em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996), Lei N 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

O embrião do SCMB foi a criação do Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), idealizada por Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias (projeto do Senado do Império, em 1853), e formalizada pelo Conselheiro Thomaz José Coelho de Almeida, Ministro da Guerra, em 1889. Esse ato foi necessário ao EB, no contexto político do final do século XIX.

O SCMB é composto por doze colégios militares, os quais estão presentes em doze cidades, dentre elas dez capitais brasileiras: Colégio Militar de Manaus (CMM), Colégio Militar de Fortaleza (CMF), Colégio Militar do Recife (CMR), Colégio Militar de Salvador (CMS), Colégio Militar de Campo Grande (CMCG), Colégio Militar de Belo Horizonte (CMBH), Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF), Colégio Militar do Rio de Janeiro (CMRJ), Colégio Militar de Curitiba (CMC), Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA) e Colégio Militar de Santa Maria (CMSM). O SCMB é responsável, ainda, pela orientação técnico-pedagógica da Fundação Osório (FO), localizada na cidade do Rio de Janeiro.

Um sistema de ensino para formar praças e oficiais sempre foi necessário ao EB para cumprir o que lhe é determinado. Dessa forma, nunca esteve em discussão. No entanto, a dúvida pairou sobre o SCMB que, em diversos momentos, foi questionado quanto à sua necessidade e permanência. Por isso, os colégios militares foram sendo inaugurados, fechados e reabertos, dependendo das circunstâncias e do contexto político.

Na década de 1990, a inauguração de três colégios militares (Campo Grande, Juiz de Fora e Santa Maria) e a reabertura de quatro (Curitiba, Belo Horizonte, Recife e Salvador) acontecem no contexto da *"homologação pela Política de Defesa Nacional por parte do presidente da República, por uma série de ações pedagógicas efetivadas principalmente no Exército e na Aeronáutica em suas escolas de formação de oficiais (...)* e pela criação do Ministério da Defesa em 1999, que extinguiu o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e reuniu numa mesma pasta ministerial as três forças - Exército, Marinha e Aeronáutica -, que passaram a ser Comandos militares subordinados por um ministro civil" (OLIVEIRA, 2004:51). Esse é um momento, portanto, em que *"as relações entre as Forças Armadas, Sociedade e Estado alteravam-se em favor do enquadramento militar à nascente democracia brasileira"* (CASTRO, 2002: 68).

Para adequar seu sistema de ensino ao contexto da década de 1990, o Estado-Maior do Exército (EME) - órgão de direção central responsável por formular a política de ensino e suas respectivas diretrizes estratégicas além de planejar, organizar, coordenar e controlar funcionamento do Sistema (Decreto Nº. 3.182 de 23 de setembro de 1999) - elaborou estudos sobre a educação. Estudos esses focados no relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI (UNESCO, 1996, intitulado *Educação, um tesouro a descobrir*, coordenado por Jacques Delors) no texto da LDBEN/1996 e na publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Uma ação do EME e duas do DEP foram determinantes para as modificações no sistema de ensino do Exército, na década de 1990. O EME realizou, em 1994, um seminário com a participação de educadores civis e militares e suas conclusões ficaram registradas no documento *"Política educacional para o ano 2000", que atribui ênfase à formação geral, à reformulação curricular e à adoção de mecanismos de incentivo ao aprender a aprender*. O DEP, por sua vez, solicitou, em 1995, um estudo aprofundado do sistema de ensino ao Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx). Além disso, constitui um Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino (GETEME) - composto por instrutores, pedagogos, sociólogos e psicólogos - com o objetivo de realizar um estudo diagnóstico sobre o sistema de ensino do Exército.

Após o estudo, o GETEME consolidou, em 15 de julho de 1996, seu diagnóstico no documento intitulado *"Fundamentos para a Modernização do Ensino"*. Em suas conclusões parciais, o diagnóstico apresenta necessidade de aperfeiçoamento nas seguintes áreas: estrutura do sistema, legislação de ensino, currículo, didática e metodologia, sistema de avaliação, recursos humanos envolvidos nas atividades de ensino, infra-estrutura escolar e relacionamento do sistema com instituições fora do Exército.

No diagnóstico do GETEME, uma das áreas que necessitava ser aperfeiçoada era o currículo. Uma das diretrizes da reformulação curricular foi a de caracterizar a interdisciplinaridade no currículo de um mesmo curso. Assim, está posto o desafio. Elaborar e implementar projetos interdisciplinares, num contexto de múltiplas ações disciplinares.

## **MODERNIZAÇÃO DO ENSINO NO COLÉGIO MILITAR DE JUIZ DE FORA**

O Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF) foi criado pela Portaria Ministerial Nº 324, de 29 de junho de 1993 e inaugurado em 18 de dezembro de 1994. Em 06 de fevereiro de 1995, aconteceu o primeiro dia letivo para a 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental e para a 1ª série do Ensino Médio (Brasil. Exército Brasileiro. Colégio Militar de Juiz de Fora. Plano Geral de Ensino. 2007). Só em 1997 o colégio passou

a funcionar com todas as séries do Ensino Fundamental (5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries) e Ensino Médio (1<sup>a</sup> a 3<sup>a</sup> séries). A constituição do CMJF ocorreu, portanto, no contexto político da década de 1990, coincidindo com o início do processo de modernização do sistema de ensino do Exército nos colégios militares.

Os corpos discente e docente e o quadro de funcionários do CMJF foram formados como determina a legislação de ensino do EB e do SCMB. Em 1995, as primeiras turmas de alunos foram organizadas de acordo com o Regulamento dos Colégios Militares (R-69), ou seja, por meio de concurso público federal de caráter seletivo e classificatório (exame intelectual e revisão médica), constituindo-se em concursados e dependentes de militares. Estes deveriam atender ao previsto no R-69, sendo denominados amparados.

Os primeiros docentes do CMJF - como em todo o SCMB - eram civis e militares. Os civis eram graduados por instituições de ensino superior civil, selecionados por meio de processo seletivo nos dois primeiros anos e, posteriormente, por concurso público federal. Os militares possuíam três formações distintas: *Quadro Complementar de Oficiais (QCO)* - licenciados em instituições de ensino superiores civis e que prestaram concurso federal, além de terem tido formação militar para assumir o Magistério do Exército; *Magistério do Exército (ME)* - bacharéis em ciência militar pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) que prestaram concurso interno para o magistério; e *graduados pela AMAN e/ou da reserva*, os quais retornaram ao trabalho como Prestadores de Serviço por Tempo Certo (PTTC).

O projeto e a proposta pedagógica do SCMB exigem uma estrutura para os colégios militares. Desta maneira, para construir o CMJF, foi necessário aliar recursos do Ministério do Exército com os do Ministério da Educação. A área total ocupada pelo CMJF é igual a 115.922 m<sup>2</sup> e, atualmente, são 16.917 m<sup>2</sup> de área construída, a qual contém 30 salas de aula, 04 laboratórios (Física, Química, Biologia e Informática), sala de multimídia, biblioteca, auditório, sala de dinâmica, salas de clubes e grêmios, espaço alternativo para apresentações culturais, ginásio poliesportivo, piscina aquecida, campo de futebol, quadra de tênis e quatro quadras polivalentes cobertas.

A organização geral de um colégio militar é composta, dentre outras instâncias, por Direção de Ensino (atualmente ocupada por um coronel com experiência anterior no comando de unidades); uma Subdireção de Ensino/Divisão de Ensino (ocupada pelo militar mais antigo do colégio), a qual gerencia toda a atividade de ensino; um Corpo de Alunos (CA) (ocupado por um oficial superior) [1], responsável pelo enquadramento cívico-militar de forma compatível com a idade dos alunos; e Divisão Administrativa (DA) (ocupado por um oficial superior), responsável por gerir os serviços administrativos e financeiros.

No CMJF, os discentes possuem uma jornada de regime integral (de 7h00 às 17h20); são desenvolvidas atividades curriculares no turno matutino e extracurriculares no turno vespertino. Dentre as atividades do turno vespertino estão: atividades desportivas (futebol, basquete, atletismo, vôlei, judô, dança, natação e equitação), grêmios das armas[2], sociedade literária, Clubes de Ciências e de História e Geografia, pintura, arte-culinária, teatro, coral e banda. A escolha dos discentes ficava condicionada à sua participação na aula de informática e, se fosse o caso, na aula de recuperação, reforço e monitoria.

O CMJF ainda adequava seu cotidiano escolar aos regulamentos quando, no segundo semestre de 1996, a interdisciplinaridade passou a constar nas diretrizes do DEP para ser implementada em todos os colégios militares, a partir de 1998,

como parte do processo de modernização do ensino. Para cumprir a diretriz do Departamento, foi organizado no CMJF um estágio para os docentes entrarem em contato com os "*Fundamentos para a Modernização do Ensino*".

Nesse novo contexto, foi possível aos docentes do CMJF discutir o histórico da interdisciplinaridade, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Nesse período, a interdisciplinaridade ganhou mais força, no debate acadêmico, o que não significa que ela esteve ausente "na caracterização do conhecimento desde as origens do saber no ocidente" (GUSDORF, 1995:7). Do movimento recente pela interdisciplinaridade, iniciado na Europa (França e Itália) na década de 1960, destaca-se o projeto de pesquisa interdisciplinar, que orienta as ciências humanas para a convergência, apresentado em 1961 por George Gusdorf à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciências e Cultura (UNESCO); e o seminário sobre a pluri e a interdisciplinaridade (Nice, 7 a 12 de setembro de 1970).

No Brasil, na década de 1970, o debate acadêmico sobre interdisciplinaridade foi aquecido com a publicação do livro "Patologia do Saber" (1976), de autoria do Prof. Hilton Japiassu. A continuidade desse debate foi e ainda é assegurada pelos trabalhos de diversos educadores, principalmente pelos apresentados em publicações advindas de pesquisas coordenadas pela Prof<sup>a</sup>. Ivani Catarina Fazenda na Pontifícia na Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Esses dois trabalhos dão suporte para o acompanhamento e desenvolvimento da interdisciplinaridade, que partiu de "uma construção epistemológica", na década de 19 passou por uma "fase de explicitação das contradições epistemológicas", na década de 1980, e aportou em 1990 "tentando uma nova epistemologia" (FAZENDA, 1994: 17).

É oportuno observar que desde o Seminário de Nice os cientistas concordam quanto às concepções das categorias disciplinar, multi, pluri, e transdisciplinar. Contudo, é fato que o mesmo não ocorre com a interdisciplinaridade. Neste trabalho, consideramos que "*a interdisciplinaridade pressupõe a existência de pelos menos duas disciplinas como referência e a presença de uma ação recíproca* (GERMAIN 1991: 143). *O termo em si mesmo "interdisciplinaridade" significa a exigência dessa relação. Todos reconhecem - as definições que dão de interdisciplinaridade legitimam esse reconhecimento - a necessidade de uma interação*" (LENOIR, 1998:46). Neste sentido, distinguimos quatro campos de operacionalização da interdisciplinaridade: científica, escolar, profissional e prática.

Pode-se depreender, então, que foi inserida, em 1998, a **interdisciplinaridade escolar** no CMJF. Para desenvolvê-la, foram organizadas as Coordenações de Série, que formavam uma estrutura paralela às Seções de Ensino e possibilitavam aos docentes realizar encontros semanais para planejar e acompanhar o desenvolvimento das atividades da série, bem como elaborar os projetos interdisciplinares de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo EB. Esses projetos eram desenvolvidos durante o ano letivo e deveriam abordar os seguintes aspectos: tema geral, participantes, calendário de atividades, justificativa, objetivos gerais e específicos, orientações gerais, etapas detalhadas do trabalho, avaliação, considerações finais, bibliografia e anexos, tais como orientação aos discentes, fichas de avaliação e comunicados aos pais.

## **INTERDISCIPLINARIDADE NO COLÉGIO MILITAR DE JUIZ DE FORA**

O CMJF talvez não fosse o local ideal para desenvolver projetos interdisciplinares, se se levasse em conta somente sua estrutura curricular. Contudo, o processo de modernização do ensino no Exército, exposto anteriormente, fez da

interdisciplinaridade uma necessidade impositiva, visto que foi emitida pelo DEP uma diretriz que tornava obrigatória a implantação da interdisciplinaridade em todos os EE do EB. Então, a **interdisciplinaridade escolar** foi inserida, em 1998, e passa a ser vivenciada por todos da comunidade escolar do CMJF.

O primeiro contato com as fontes primárias possibilita destacar três fases distintas da elaboração de "projetos interdisciplinares" no CMJF, nos períodos: 1998 1999 a 2002 e 2003 a 2005.

No ano de 1998, as ações administrativas empreendidas pelo Comando do CMJF possibilitaram aos docentes de todas as séries do ensino fundamental (5ª a 8ª séries) e o ensino médio (1ª a 3ª séries) dialogarem sobre a interdisciplinaridade escolar e elaborarem os primeiros projetos nos quais se pode perceber a marca multidisciplinar.

Nos período de 1999 a 2002, os docentes adaptaram-se ao processo de construção coletiva e conseguiram articular melhor o tema dos projetos com a conjuntura nacional e as necessidades sociais locais, adaptando, assim, o conteúdo de suas disciplinas durante o processo. Superadas as primeiras dificuldades, permanece, ainda, como "obstáculo" o processo de avaliação porque acontece em paralelo com as provas bimestrais. Estas foram objeto de discussão, mas permaneceram como instrumento do processo de avaliação nos "*Fundamentos para a Modernização do Ensino*".

Com a coordenação de série implantada e implementada, no período de 2003 a 2005, foi necessário a ação de mais um agente o coordenador de projeto interdisciplinar, um professor da série, para desenvolver um trabalho articulado com o coordenador de série. Desta forma, melhores soluções poderiam ser encontradas na discussão e elaboração dos projetos. Pode-se observar, então, nos projetos deste período uma melhor qualidade técnica, visto que o coordenador do projeto consegue articular a discussão dos docentes, direcionando-a para a interdisciplinaridade.

Para conseguir o que é necessário para esta pesquisa, a metodologia proposta é a pesquisa histórica, que "consistirá em coletar, avaliar, verificar e sintetizar evidências para estabelecer fatos e obter conclusões (...)" (ISAAC e MICHAEL, apud GRESSLER, 2003: 51). E pautar-me-ei na filosofia de Antônio Gramsci que, entre muitas outras questões, me possibilitarão "Compreender e valorizar com realismo a posição e as razões do adversário (e o adversário é, em alguns casos, todo o pensamento passado) significa justamente estar liberto da prisão das ideologias (no sentido pejorativo, de cego fanatismo ideológico), isto é, significa colocar-se em um ponto de vista "crítico", o único fecundo na pesquisa científica". (GRAMSCI, 1999: 333)

Só recentemente as pesquisas de interpretações das instituições educativas passaram a incluir as instituições militares das Forças Armadas. A criação de núcleos de pesquisas nas universidades brasileiras; estudos de cunho antropológico, na década de 1990, desenvolvidos na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME); e trabalhos, mais recentes, nos bancos de teses da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como objeto de estudo instituições de ensino militar, bem como os colégios militares. Neste contexto, se insere esta pesquisa do forjamento da interdisciplinaridade no CMJF no período de 1998 a 2005.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Carlos; JÚNIOR, Décio Gatti (org.). **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados, 2002.

ARROYO, Leonardo. **Carta a El Rei D. Manuel**. São Paulo: Dominus, 1963.

Brasil. Exército Brasileiro. Decreto Nº. 3.182, de 23 de setembro de 1999.

Brasil. Exército Brasileiro. Decreto Nº. 7.831, de 02 de outubro de 1989.

Brasil. Exército Brasileiro. Lei Nº. 9.786, de 08 de fevereiro de 1999.

Brasil. Exército Brasileiro. Colégio Militar de Juiz de Fora. Plano Geral de Ensino. 2007.

Brasil. Exército Brasileiro. Regulamento dos Colégios Militares (R-69).

Brasil. Exército Brasileiro. Regulamento de Preceitos Comuns aos Estabelecimentos de Ensino do Exército (R-126).

Brasil. Ministério do Exército. Departamento de Ensino e Pesquisa. Grupo de Trabalho para o Estudo da Modernização do Ensino. **Fundamentos para a modernização do ensino**. 1995.

CASTRO, Celso. **A invenção do Exército**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **O espírito militar**: Um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. São Paulo: Difel, 1977.

DEMO, Mauricéia Aparecida de Oliveira. **A formação de oficiais e as políticas educacionais da Academia da Força Aérea**. Universidade Federal de São Carlos, dissertação de mestrado, 2006.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 2002.

Estado de S. Paulo, São Paulo, 21.6.2007. Metas para Educação, p. 1,4 h.

Estado de S. Paulo, São Paulo, 4.4.208. ENEM 2007, p. 1,4 h.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade**: História, teoria e pesquisa. São Paulo: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. **Interdisciplinaridade**: qual o sentido? São Paulo: Paulus, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque Holanda de. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Oliveiros S. **Forças Armadas Para quê?** São Paulo: GRD, 1988.

\_\_\_\_\_. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Editora Senac, 2000.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere, volume 1**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

GRESSLER, Alice Lori. **Introdução à pesquisa: Projetos e relatórios**. São Paulo: Loyola, 2003.

GUSDORF, George. **Passado, presente, futuro da pesquisa interdisciplinar**. Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n.121, p. 07-28, abr./Jun. 1995.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

LEINER, Piero de Camargo. **Meia-volta, volver - um estudo antropológico sobre a hierarquia militar**. Universidade de São Paulo, dissertação de mestrado, 1995.

LENOIR, Ives. **Didática e Interdisciplinaridade: Uma complementaridade necessária e incontornável**. In FAZENDA, Ivani (org.). **Didática e Interdisciplinaridade**. Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Práxis).

LOWY, Michael. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise**. São Paulo: Cortez, 2002.

LUDWIG, Antônio Carlos Will. **Democracia e ensino militar**. São Paulo: Cortez, 1998.

MASSULO, Fábio. **Análise sociológica do projeto institucional e pedagógico do Colégio Militar de Manaus**. Universidade Federal do Amazonas, dissertação de mestrado, 2002.

McCANN, Frank D. **Soldados da Paria: história do exército brasileiro, 1889-1937**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORAES, Idalina Maria. **Modelagem fuzzy do processo de evolução dos alunos do ensino fundamental do Colégio Militar de Santa Maria**. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, dissertação de mestrado, 2004.

OLIVEIRA, Tânia R. P. de G. Torres. **Ensino de História Militar: Uma análise centrada na concepção do ensino de história na formação dos oficiais da Força Aérea Brasileira, UFSCar, dissertação de mestrado, 2002.**

\_\_\_\_\_. **O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)** UFSCar, tese de doutorado, 2004.

SANTOS, Miriam de Oliveira. **Berços de heróis: o papel das escolas militares na formação de salvadores da Pátria**. São Paulo: Anna Blume, 2004.

\_\_\_\_\_. **Um olhar sobre as instituições escolares militares brasileiras do fim do século 19 ao início do século 20**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 88, n. 219, p. 310-330, maio/ago. 2007.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006.

\_\_\_\_\_. **O legado educacional do século XX**. Campinas: Autores Associados, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, Márcio Rodrigues da. **O Quadro Complementar de Oficiais: um estudo de análise institucional em ambiente militar**. Universidade de Brasília, dissertação de mestrado, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. **Memórias de um soldado**: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOMMERMAN, Américo. **Inter ou transdisciplinaridade?: da fragmentação disciplinar ao novo diálogo entre os saberes**. São Paulo: Paulus, 2006.

SOUZA, Hélio J. R. **Colégio Militar do Rio de Janeiro: uma escola por trás da burocracia**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, dissertação de mestrado, 2002.

Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação: <http://www.anped.org.br/>

Centro de Documentação de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil: <http://www.cpdoc.fgv.br/projetos/cfa21/>

Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior: <http://www.capes.gov.br/capes/portal/>

Exército Brasileiro: <http://www.exercito.gov.br/>

Programa de pós-graduação da Universidade Federal de São Carlos: <http://www2.ufscar.br/posgraduacao/mestrado.php>

---

[1]A denominação oficial superior no Exército Brasileiro é dada a: Major, Tenente-Coronel e Coronel.

[2]Os grêmios de armas são as associações em que os alunos podem desenvolver atividades sociais e recreativas em horário extracurricular, As armas são: Cavalaria, Artilharia, Infantaria, Comunicação, Engenharia, Intendência e Logística.